

Moraes concede prisão domiciliar para Jair Bolsonaro

Decisão do ministro, no entanto, é inicialmente somente por 90 dias

Por Beatriz Matos

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu prisão domiciliar humanitária ao ex-presidente Jair Bolsonaro por 90 dias, após agravamento do quadro clínico registrado em 13 de março.

A medida passa a valer a partir da alta hospitalar e, em princípio, vale somente por 90 dias e será reavaliada com base na evolução do estado de saúde, com possibilidade de novas perícias médicas.

Na decisão de 40 páginas, Moraes sustenta que a medida é excepcional e afirma que a domiciliar é “a indicação mais razoável para a plena recuperação do custodiado”, diante da necessidade de monitoramento contínuo após diagnóstico de broncopneumonia aspirativa.

O ministro ressalta, no entanto, que o sistema prisional vinha garantindo “absoluto respeito à sua saúde e dignidade”, com estrutura adequada e atendimento médico frequente.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses desde novembro de 2025. Em 13 de março, após mal-estar súbito na cela, com febre, vômitos e queda de oxigenação, foi transferido ao hospital DF Star, onde permaneceu internado. A defesa voltou a pedir a



Reprodução/Instagram

Bolsonaro também teve alta da UTI nesta terça-feira

domiciliar alegando necessidade de acompanhamento contínuo, argumento acolhido após parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Regras

Apesar da concessão, Moraes impôs um conjunto rigoroso de medidas para manter o controle sobre o cumprimento da pena. Bolsonaro deverá permanecer integralmente em casa, com uso obrigatório de tornozeleira eletrônica e monitoramento constante.

O ministro proibiu qualquer forma de comunicação externa: o ex-presidente não poderá utilizar celular, telefone ou redes sociais, nem direta nem indiretamente, por intermédio de terceiros.

Também ficam vedadas gravações, transmissões ou divulgação de conteúdos.

As visitas foram restritas a familiares, advogados e equipe médica, sem necessidade de autorização prévia apenas nos casos de atendimento de saúde.

Apoiadores

A decisão também proíbe a presença de apoiadores nas imediações, vedando acampamentos ou manifestações em um raio de um quilômetro da residência.

O controle inclui ainda vigilância presencial permanente na área externa do imóvel, revistas em veículos que entrarem ou saírem da casa e envio de relatórios periódicos às autoridades. Moraes também deixou expresso que o descumprimen-

to de qualquer das condições poderá levar à revogação imediata da domiciliar e ao retorno ao regime fechado ou hospital penitenciário.

Direito à saúde

Para o advogado Caio Almeida, “os critérios jurídicos para a prisão domiciliar humanitária estão ligados, principalmente, à proteção do direito à saúde e à dignidade da pessoa humana, sendo aplicada quando o preso apresenta quadro clínico grave, necessidade de tratamento contínuo ou impossibilidade de assistência adequada no sistema prisional (art. 318 do CPP, por analogia). No caso concreto, o que mais pesou foi o estado de saúde comprovado por laudos médicos, aliado à manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República, evidenciando a necessidade de cuidados específicos fora do ambiente prisional. A decisão mantém a prisão, apenas flexibilizando o local de cumprimento por razões humanitárias.”

Ele acrescenta que “o parecer da PGR não é vinculante, ou seja, o STF pode decidir em sentido diverso. Na prática, porém, ele tem grande peso, especialmente em matéria penal, por representar a posição do titular da ação penal”, explica o advogado.

Moro se filia ao PL para disputar Paraná

Por Rudolfo Lago

A trajetória política do senador Sergio Moro tem mais reviravoltas que uma montanha-russa.

Ex-juiz, Moro conduziu a Operação Lava Jato, que produziu diversas condenações, inclusive a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foram anuladas quando se descobriu combinações entre ele e procuradores nos processos.

Tornou-se ministro da Justiça do ex-presidente Jair Bolsonaro, e deixou o cargo denunciando Bolsonaro por interferência indevida na Polícia Federal. Rompeu com Bolsonaro.

Reaproximou-se dele no final das eleições de 2022. Tentou ser candidato a senador por São Paulo, não conseguiu domicílio eleitoral. Optou pelo Paraná.

Agora, deixa o União Brasil e se filia ao PL, o partido de Bolsonaro e de seu filho, Flávio, candidato à Presidência.

A filiação aconteceu nesta ter-



Divulgação/Sergio Moro

Moro filia-se ao PL e também Deltan Dallagnol

ça-feira (24) em Brasília, em evento com a participação de Flávio Bolsonaro. Sergio Moro foi claro: seu palanque será de Flávio no Paraná.

Ratinho Jr.

O ingresso de Moro no PL turbinou as eleições paranaenses.

Foi considerado o principal

fator a fazer o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), desistir de ser candidato à Presidência da República para ficar no governo e tentar conduzir sua sucessão de modo a evitar a vitória de Moro.

Uma tarefa que as pesquisas mostram ser difícil. O último levantamento do Paraná Pes-

quisas divulgado no dia 12 de março mostra Moro com 44% das intenções de voto.

“Entre aspas”

Na filiação, Moro fez uma provocação contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido das desconfianças que o ex-presidente

Jair Bolsonaro sempre levantou de fraude nas eleições. Desconfianças que não foram provadas. Moro disse que Lula venceu as eleições “entre aspas”.

“O Paraná não vai faltar ao projeto liderado por Flávio”, disse Sergio Moro. “Vamos trabalhar para que Vossa Excelência tenha uma grande vitória no nosso estado”, completou.

Deltan

O evento também marcou a filiação do ex-procurador Deltan Dallagnol e da esposa de Moro, a deputada federal Rosângela Moro.

Os planos do PL são completar a chapa de Moro como governador tendo como candidatos ao Senado Dallagnol e o deputado federal Felipe Barros, também do PL. Depois de Santa Catarina (com o governador Jorginho Mello, Carlos Bolsonaro e a deputada federal Caroline de Toni), será mais uma chapa puro-sangue do PL.